

MP 805 corta
reajuste
e aumenta desconto
para a previdência

Pág 3



Nada a
comemorar
no Dia do
Servidor

Pág 4

28 de outubro
LUTO
NADA A COMEMORAR

Ano XVIII | Edição 250 - 08 de Novembro de 2017

CONTEXTO

BOLETIM INFORMATIVO DO SINASEFE



Seção Sindical IFSC

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

10 DE NOVEMBRO

É DIA DE PARAR O BRASIL

NENHUM DIREITO A MENOS!



Pág 2

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical IFSC.

Rua Nunes Machado, 94 – Ed. Tiradentes – 7º andar – Centro – Florianópolis/SC. CEP: 88.010-460. Fone (48) 3028-5787 e (48) 3028-2872. www.sinasefe-sc.org.br – twitter: @SinasefeIFSC. Facebook: www.facebook.com/sinasefe.

*Gestão 2015-2017
Conscientização,
Mobilização e Luta.*

Projeto Gráfico:
Flávia Destri Garcia.

Jornalista Responsável:
Luciano Faria (SC 363 JP).

DIRETORIA

COORDENAÇÃO GERAL
André Eitti Ogawa.
Paulo Henrique O. P. de Amorim

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Júlio Eduardo Bortolini
Oberti Eleandro Mayer
Fernanda Rosá

COORDENAÇÃO DE PESSOAL
Elenira Oliveira Vilela
Janaína Turcato Zanchin

**ASSUNTOS JURÍDICOS E FORMAÇÃO
POLÍTICA**
Daniela Cristina Kassner
Marcos Dorval Schmitz

**COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES
CULTURAIS**
Felipe Ferreira Bem Silva

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**
Roberto Gonçalves Strelow

ARTICULAÇÃO NOS CÂMPUS
Oscar Raimundo dos S. Júnior

10 de novembro: Dia de parar o Brasil

Assim como diversas categorias de trabalhadores, do setor público e privado, em vários estados, os servidores do IFSC também vão aderir ao Dia Nacional de Lutas e Paralisações, marcado para o próximo dia 10 de novembro, em todo o país. A decisão foi aprovada na assembleia geral extraordinária da Seção Sindical, realizada na última sexta, dia 27/10, no Câmpus São José.

O Dia Nacional de Lutas surgiu da mobilização dos metalúrgicos, mas logo se transformou num chamado geral, encampado de forma unitária pelas principais centrais sindicais brasileiras. O Fona-sefe (Fórum Nacional das Entidades de Servidores Federais), também aprovou em Plenária a participação dos SPFs nas greves, manifestações e atos de rua convocados para este dia. Aqui em Santa Catarina, o Fórum de Lutas em Defesa dos Direitos, que reúne as principais entidades do serviço público nas esferas municipal, estadual e federal, além de sindicatos do setor privado e movimentos sociais, está organizando um ato no dia 10/11, no centro de Florianópolis, no período da tarde.

Contra a reforma trabalhista, que entra em vigor no dia 11 de novembro, pelo fim da terceirização, contra a reforma da previdência, contra as privatizações e em defesa do patrimônio público, por empregos de qua-

lidade para todos e todas, contra a desindustrialização e a desnacionalização da indústria, em apoio à luta dos servidores público e pela unidade e fortalecimento das campanhas salariais em todo o país são os principais eixos do Dia Nacional de Lutas e Paralisações.

Para auxiliar na mobilização nos Câmpus do IFSC, a Seção Sindical enviou pelo correio material impresso para os representantes locais. O Sinasefe Nacional também já disponibilizou no seu site modelos de cartaz,

panfleto e adesivo, com a palavra de ordem “10 de novembro – Dia de Parar o Brasil”. A orientação da Seção é que os Câmpus procurem se incorporar às atividades em suas regiões, se possível ajudando na organização e nas atividades preparatórias, como panfletagens, etc. O objetivo principal de todo esse trabalho é conseguir uma grande e forte mobilização na rede federal de educação em todo o Brasil, a fim de barrar as reformas, a destruição dos serviços públicos e a retirada de direitos dos servidores.



MP 805/2017

Governo adia reajustes e aumenta contribuição previdenciária

Foi publicada no último dia 31/10 a MP 805/2017, que visa reduzir gastos com o funcionalismo público. Ela faz dois ataques aos trabalhadores: adia os reajustes acordados em 2015 e aumenta a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%. O novo percentual vai incidir sobre a parcela do salário que exceder o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), hoje fixado em R\$ 5.531,31, o que engloba uma parte dos TAEs e uma grande parte dos docentes.

No caso do Sinasefe, os reajustes acertados em 2015 estavam previstos para os servidores vinculados à carreira EBTT, mas atingem também outros trabalhadores da esfera federal. É importante lembrar que esses reajustes es-

tavam previstos para repor a inflação do período passado e são fruto das mobilizações das diversas categorias do funcionalismo, que no Sinasefe se expressou na greve de 2015. Sendo assim, se trata de mais uma afronta aos trabalhadores organizados e que lutam por seus direitos.

Quanto à alíquota de contribuição previdenciária, o argumento é que ela está sendo alterada para cobrir o suposto rombo da previdência. O Ministério do Planejamento estima um aumento na arrecadação de R\$ 2,2 bilhões ao aplicar essa nova alíquota. Porém, é preciso lembrar que o relatório final da CPI da Previdência do Senado Federal, aprovado por unanimidade, afirma que “tecnicamente, é possível afirmar com convicção que inexistente déficit

da previdência social ou da seguridade social”. O mesmo relatório ainda afirma que “são absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas os argumentos reunidos pelo governo federal sobre a contabilidade da previdência social”.

No dia 1º de novembro, o Fórum Nacional das Entidades de Servidores Federais (Fonasefe) se reuniu em Brasília para discutir a MP e a participação da categoria no Dia Nacional de Lutas e Paralisações, em 10/11. A Seção Sindical IFSC do Sinasefe participou da reunião. Outra informação importante é que o Escritório que presta assessoria jurídica à Seção também



vai divulgar uma nota técnica a respeito dos impactos da MP sobre as carreiras e salários de Técnicos e Docentes do IFSC.

Independente, porém, de qualquer análise, são mais dois grandes ataques aos trabalhadores do serviço público federal em meio ao grande projeto do desgoverno de desmontar o estado. Precisamos construir uma grande manifestação no dia 10 de novembro para dizer não a essas medidas que atacam os trabalhadores e a sociedade.

DSS esclarece fatos envolvendo festa na Reitoria

A respeito de mensagem eletrônica (e-mail) enviada pela Reitora do IFSC aos servidores da Reitoria no dia 19/10/17, através da qual informa que o Sinasefe estaria colaborando com a festa da gestão alusiva ao Dia do Servidor, a Seção Sindical emitiu nota no dia 24/10 esclarecendo o seguinte:

1. Em nenhum mo-

mento, a Diretoria da Seção Sindical ofereceu ou se comprometeu a financiar, no todo ou em parte, qualquer tipo de evento institucional organizado pela Reitoria do IFSC.

2. A contribuição financeira, no valor de R\$ 55,00 por sindicalizado, destina-se tão somente às confraternizações da Seção Sindical relativas ao Dia do Servidor, que

estão sendo organizadas em conjunto com os representantes e com os próprios sindicalizados em cada Câmpus/Reitoria, conforme deliberação aprovada na Plenária de Delegados do Sindicato, no dia 6 de outubro.

3. Como legítimo representante da categoria, em hipótese alguma o Sinasefe sequer cogitaria apoiar, política ou fi-

nanceiramente, qualquer evento organizado por uma gestão que oprime movimentos de estudantes, vigia, monitora e persegue servidores, inclusive promovendo corte nos salários de quem ousa lutar em defesa dos seus direitos e por uma educação pública, laica, livre de amarras ideológicas, gratuita e de qualidade para todos e todas.

NOTAS

28 de outubro: Nada a comemorar

Como em anos anteriores, o dia do servidor público chegou em 2017 mais uma vez recheado de boas razões para nenhuma comemoração. São ataques em cima de ataques, num ritmo acelerado, em quantidades absurdas, em formas de projetos, emendas constitucionais, portarias, decretos, etc., que retiram direitos, ameaçam conquistas e colocam em risco a própria existência futura dos servidores e serviços públicos no Brasil. Isso sem falar nas perseguições diárias nos locais de trabalho, no assédio moral e nos cortes de salário por participação em movimentos que visam justamente a defesa dos servidores e do serviço público prestado à população.

E por falar em cortes, as limitações orçamentárias, as restrições e o congelamento de gastos são a chave mestra do plano central

do Planalto, que já vinha sendo implementado em governos anteriores e que, a partir do aprofundamento da crise econômica internacional e com a subida de Temer à presidência, ganha mais força, consistência e velocidade na sua implementação.

São diversos projetos, leis e iniciativas que atacam diretamente os direitos dos servidores, como o adiamento para 2019 de todos os reajustes salariais já previstos e negociados, o rebaixamento dos vencimentos iniciais das carreiras, o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%, o fim da estabilidade com a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho, o PDV e a lei antigreve, que estabelece tantos critérios e restringe tanto o número de categorias com esse direito que as greves no serviço



público passarão a ser, praticamente, proibidas.

Somadas à Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos, à reforma da previdência, à terceirização sem limites, às privatizações de empresas estatais estratégicas e aos cortes do orçamento para o ano que vem, essas medidas desenharam um horizonte absolutamente sombrio para todos os servidores públicos brasileiros, nos municípios, nos

estados e principalmente na esfera federal. Um quadro preocupante, que vai exigir da categoria uma disposição muito maior para as lutas que estão por vir.

Não se engane. Iniciativas individuais e isoladas não são a solução! Só a mobilização, a unidade e a força do conjunto da classe trabalhadora, nas greves e nas ruas, será capaz de barrar esses projetos.

Pare, pense e venha pra luta.

GT apresenta sugestões para as remoções do IFSC

O Grupo de Trabalho (GT) Remoções, formado por decisão de assembleia da Seção Sindical, disponibilizou para os sindicalizados, no dia 24/10, a minuta de documento com sugestões e críticas ao edital de remoções do IFSC. O objetivo era permitir que os servidores enviassem contribuições até a última segunda-feira, dia 6/11.

Depois de concluído, o documento será apreciado em assembleia do sindicato e, posteriormente, apresentado à Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS) e à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), dois órgãos internos do IFSC que lidam com as carreiras dos TAE dos docentes, com representantes eleitos.

O GT Remoções iniciou seus trabalhos no 1º de agosto e desde então vem discutindo casos que envolvem remoções de servidores do Instituto que chegam até a Seção Sindical.

Plano de Saúde

Na última assembleia geral da Seção, realizada no dia 27/10, os servidores discutiram a situação do contrato com a Agemed, que foi encaminhado para análise da assessoria jurídica a fim de garantir que a Seção Sindical não venha a ter problemas no futuro, como já ocorreu com outros planos, que acabaram gerando dívidas e prejuízos para a entidade. Maiores informações e orientações serão publicadas após a conclusão do parecer do Jurídico.

